

**ANDRÉ CARDOSO PIMENTA**

**BULLYING:**  
**a responsabilidade civil das instituições de ensino**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito do  
Centro Universitário de Brasília

Orientador: Prof. Luís Antônio Winckler Annes

**BRASÍLIA**

2011

*Dedico o presente trabalho a Maria de Fátima Cardoso e Joaquim Pimenta Lemos que não só proporcionaram essa graduação financeiramente como foram à motivação diária para me fazer nunca desistir, mantendo-me concentrado e determinado. Nada disso seria possível sem eles*

*Dedico também a Regina Maria Cardoso cujo sonho sempre foi me ver terminar essa etapa da vida.*

*Agradeço ao meu orientador Prof. Luís Antônio Winckler Annes que soube cobrar o meu potencial, me permitindo conseguir terminar essa pesquisa de forma rápida e clara.*

*Agradeço, também, a Helena Mendes Galvão e a Débora Neves que sempre me proporcionaram material específico e atualizado de casos de bullying. Além disso, agradeço a Cláudia Loureiro de Assis Pereira por revisar a ortografia dessa pesquisa.*

*Agradeço, finalmente, aos meus amigos que acompanharam o meu esforço diário para a realização desse projeto e me deram apoio e carinho de todas as formas possíveis.*

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo fundamental a pesquisa da responsabilidade civil e objetiva das instituições de ensino em relação aos casos de bullying que ocorrem dentro dos seus estabelecimentos e contra seus estudantes. Inicia-se pela conceituação do termo bullying, sua origem e importância no exterior e no Brasil e os danos que potencialmente podem causar, com base em pesquisas, estatísticas e estudos sobre o tema. Em seguida, parte-se para a análise sobre a teoria da responsabilidade civil objetiva, demonstrando seu conceito e requisitos, além de defender a existência e a aplicação dessa responsabilidade nos casos de omissão de um dever legal e/ou contratual. No conteúdo, o trabalho estuda os contratos celebrados entre os particulares e as instituições de ensino, com foco nos deveres que as mesmas têm em relação aos estudantes, com a análise de jurisprudência sobre o assunto e a possível aplicação do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor à relação contratual.

**PALAVRAS-CHAVES:** Responsabilidade Objetiva. Instituição de Ensino. Bullying.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>1 O BULLYING .....</b>	<b>08</b>
1.1 Conceito do termo bullying.....	08
1.2 Estudos sobre o bullying.....	10
1.3 O problema no Brasil.....	11
1.4 Os danos potenciais .....	15
<b>2 RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA .....</b>	<b>18</b>
2.1 Conceito .....	18
2.2 Requisitos .....	21
2.3 Ótica do direito civil .....	25
2.4 Ótica do código de defesa do consumidor.....	29
<b>3 ANÁLISE PRÁTICA E ESPECÍFICA.....</b>	<b>35</b>
3.1 Responsabilidade das instituições de ensino médio e fundamental.....	35
3.1.1 Discernimento dos menores de idade quanto ao dano moral.....	37
3.1.2 Prescrição do direito de indenização .....	40
3.2 Responsabilidade das instituições de ensino superior.....	42
3.3 O trote universitário .....	47
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa trata do estudo de uma eventual relação de responsabilidade civil entre as instituições de ensino e os seus estudantes, decorrente de agressões consideradas como bullying<sup>1</sup> e que ocorrem dentro dos estabelecimentos de ensino, abrangendo as agressões de bullying praticadas entre estudantes principalmente e mencionando casos entre funcionários do estabelecimento de educação e os alunos.

É de suma importância o tema, uma vez que as violências de bullying, em todas as suas formas, provocam danos físicos e morais graves, com conseqüências que podem ser fatais ou se perpetuarem por toda a vida das vítimas, não se limitando somente à infância e à adolescência. As vítimas de bullying constituem um número irrestrito de possibilidades presente em quase todos os países e praticamente em todos os ambientes onde haja convívio social constante. As vítimas mais freqüentes são: as acima do peso, opção sexual diversa, portadores de deficiência ou de raça/nacionalidade aparentes (negros, asiáticos, nordestinos e outros).

Apesar das notícias envolvendo bullying estarem crescendo constantemente na mídia nos últimos anos, o problema já é antigo e muito conhecido por diversos brasileiros; tanto por pessoas que sofreram as agressões na infância e carregam ainda as lembranças e os traumas, quanto pelas que ainda sofrem no seu dia-a-dia. Entretanto, os litígios entre estudantes e entre estudantes contra os estabelecimentos de ensino, ainda não são amplamente conhecidos pelo Poder Judiciário, com escassas decisões sobre a questão, apesar de cada vez mais ações envolvendo casos de responsabilidade civil decorrentes de bullying chegarem aos tribunais.

A pesquisa, em decorrência da amplitude do tema, se concentra na aplicação das legislações em vigência nas diferentes manifestações de bullying, realizando o estudo

---

<sup>1</sup> “[...]significa usar a superioridade física ou moral para intimidar alguém” - GUIMARÃES ROSA, Janaína. *Violência escolar e o fenômeno 'bullying'*. A responsabilidade social diante do comportamento agressivo entre estudantes. *Revista Jus Vigilantibus*, 24 de julho de 2009. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/41126>. Acesso em: 20 março 2010.

doutrinário e legislativo das normas e suas interpretações nas ocorrências em instituições de ensino fundamental, médio e superior, devido à capacidade civil das vítimas e dos agressores conforme o Código Civil de 2002, frente à idade de ambos.

Com o estudo comparado entre as interpretações doutrinárias diversas sobre o assunto e com a observância das decisões até agora publicadas sobre as demandas envolvendo estudantes e instituições de ensino, que versem sobre a responsabilidade civil, objetiva ou não, dessas instituições pelas agressões que seus alunos sofreram durante o período em que se encontravam sob sua guarda ou dentro de seus estabelecimentos.

Inicia-se com a abordagem doutrinária de especialistas no assunto sobre conceito do termo bullying, as diversas agressões e violências que a palavra abrange, além das ocorrências e das estatísticas do problema no Brasil, explanando sobre os danos potenciais, físicos ou morais que o bullying pode causar nas vítimas e as conseqüências gerais dessa violência, bem como o papel fundamental das instituições de ensino em evitar que ocorram tais práticas violentas dentro de seus estabelecimentos escolares.

Em seguida, realiza-se um estudo sobre a responsabilidade civil objetiva e os requisitos para a sua configuração, uma vez já esclarecidos os danos que os atos de bullying podem provocar nas vítimas, destacando-se então os dispositivos legais do Código Civil de 2002 e do Código de Defesa do Consumidor que tratam a matéria, além dos requisitos para a sua aplicação, fundamentando com a interpretação de diversos autores sobre a redação de cada um dos dispositivos e a combinação entre eles.

Com explanação sobre a base teórica e os dispositivos que tratam sobre o assunto, faz-se uma análise prática sobre a responsabilidade das instituições de ensino de acordo com cada uma das citadas legislações e as peculiaridades próprias de diferentes situações em contextos em que ocorram os atos de bullying, principalmente as diferenças entre a responsabilidade das

escolas de nível médio e fundamental, e as instituições de nível superior de acordo com cada um dos códigos.

A presente pesquisa também faz uma breve busca dos artigos que tratam da prescrição da pretensão de receber uma indenização dos autores do bullying aos menores de idade, diferenciando aplicação da mesma aos impúberes e os relativamente incapazes. Por fim, realiza uma análise sobre a possibilidade do trote universitário ser considerado uma espécie de bullying, estudando se os requisitos estabelecidos para a configuração dessa agressão estão presentes.

Conclui-se pela divergência de fundamentação adotada pelo Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor para a aplicação da responsabilidade civil geral das instituições de ensino sobre as agressões de bullying sofridas por seus estudantes, percebendo-se a diferença de aplicação da responsabilidade civil de acordo com a situação em que o bullying ocorreu.



# 1 O BULLYING

## 1.1 Conceito do termo bullying

Bullying é um termo inglês (derivado do verbo inglês bully, para designar pessoa cruel, intimidadora, agressiva<sup>2</sup>) que não possui correspondente na língua portuguesa devido à abrangência de atitudes agressivas e anti-sociais inseridas no mesmo.

A ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência), organização não governamental sem fins lucrativos, elenca várias espécies de atitudes que podem fazer parte daquele termo tais como: colocar apelidos, ofender, zoar, gozar, encarnar, sacanear, humilhar, fazer sofrer, discriminar, excluir, isolar, ignorar, intimidar, perseguir, assediar, aterrorizar, amedrontar, tyrannizar, dominar, agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, roubar e/ou quebrar pertences.<sup>3</sup>

De acordo com os estudos do pesquisador Dan Olweus, da Universidade de Bergen na Noruega, existem alguns critérios básicos para identificar e distinguir o fenômeno bullying das demais formas de violência.<sup>4</sup> São eles:

- Ações repetitivas contra a mesma vítima em um período prolongado de tempo;
- Desequilíbrio de poder, o que dificulta a defesa da vítima;
- Ausência de motivos que justifiquem os ataques.

Apesar das alegações de muitas instituições de ensino, quando indagadas sobre a questão, que as brincadeiras, gozações e piadinhas entre os alunos fazem parte da idade e do

---

<sup>2</sup> REVISTA VISÃO JURÍDICA. *O fenômeno bullying*. Disponível em: <<http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/36/artigo141563-2.asp>>. Acesso em: 02 maio 2010.

<sup>3</sup> ABRAPIA. *Programas de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Conceituação. Disponível em: <<http://www.bullying.com.br/BConceituacao21.htm#OqueE>>. Acesso em: 2 maio 2010.

<sup>4</sup> FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 39.

desenvolvimento das mesmas, Ana Beatriz Barbosa Silva explica que existe uma diferença entre tais diversões e os atos de bullying:

[...] é necessário entendermos que brincadeiras normais e sadias são aquelas nas quais todos os participantes se divertem. Quando apenas alguns se divertem à custa de outros que sofrem, isso ganha outra conotação, bem diversa de um simples divertimento.<sup>5</sup>

Com o desenvolvimento tecnológico e o maior acesso da população a essa tecnologia, surgiu uma nova espécie de bullying: o cyberbullying. Mantendo a mesma intenção de humilhar, maltratar, constranger as vítimas, dentre outras espécies de violência incluídas ao termo. A característica distintiva dessa modalidade ocorre no momento da consumação dessas agressões, pois os agressores utilizam-se dos diversos meios de comunicação, em especial a internet e instrumentos tecnológicos.<sup>6</sup>

É importante destacar essa espécie de bullying pela amplificação do dano sofrido pelas vítimas, uma vez que o cyberbullying devido à ampla liberdade de comunicação, não só pode ocorrer nas proximidades das instituições de ensino, como em todos os ambientes nos quais a vítima frequenta. Tal situação agrava as violências sofridas, pois não se encontra mais em um ambiente exclusivo e determinado, com possibilidade de escape para as vítimas em outros lugares frequentados por essas, mas não por seus agressores (exemplo as aulas de inglês ou música), com o cyberbullying, as agressões e humilhações não encontram limites ou barreiras.

Essa espécie de agressão também tem crescido muito, não só devido aos avanços tecnológicos diários e ao acesso, cada vez mais precoce, das crianças e adolescentes a esses aparelhos, mas também em decorrência da maior segurança oferecida aos agressores que, na maioria das vezes, não precisam se identificar ao realizar seus atos de violência, podendo não

---

<sup>5</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 13.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 126.

só esconder-se no anonimato, como também atribuir culpa a terceiros que em nada participam da história.

## 1.2 Estudos sobre o Bullying

Um marco para o início dos estudos sobre o bullying ocorreu na Noruega, em 1982, quando três estudantes (de 10 a 14 anos) se suicidaram. As investigações concluíram como fator motivante as agressões que sofriam de outros colegas de escola. Diante da comoção nacional frente a tragédia, destacou-se um pesquisador da Universidade de Berger, Noruega, Dan Olweus, que efetuou um estudo envolvendo mais de 84 mil estudantes de todas as séries. A conclusão desse trabalho observou que um a cada sete estudantes encontrava-se envolvido como vítima ou agressor, em casos de bullying.<sup>7</sup>

A pesquisa de Olweus originou programas de intervenção antibullying, afirmando o próprio pesquisador, que o problema poderia ser encontrado em diversos outros países.

Hoje, nos Estados Unidos, as pesquisas se desenvolvem de modo extensivo. Portador de duas das maiores tragédias envolvendo o bullying, a sociedade americana tem grande interesse em desenvolver o assunto e evitar outras situações semelhantes. Estereótipo de segmentação social entre alunos nas instituições de ensino, o país agora batalha para tentar reverter um quadro que tende a piorar ainda mais. Alguns pesquisadores alertam para o fato de que os agressores de hoje serão prováveis violadores de regras sociais básicas no futuro.<sup>8</sup>

Conforme divulgado pela ABRAPIA, a pesquisa mais extensa sobre bullying foi realizada na Grã Bretanha e registrou que 37% dos alunos do primeiro grau e 10% do segundo grau admitem ter sofrido bullying, pelo menos, uma vez por semana.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 111.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>9</sup> ABRAPIA. *Programas de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Conceituação. Disponível em: <<http://www.bullying.com.br/BConceituacao21.htm#Mas>>. Acesso em: 2 maio 2010.

O Projeto de Lei nº 350, de 2007, que tramita na Câmara Legislativa de São Paulo justifica a importância de sua aprovação com duas pesquisas internacionais, uma feita em Portugal com 7 mil alunos e que constatou que 1 a cada 5 crianças já havia sido vítima de bullying, o mesmo resultado foi encontrado na Espanha.<sup>10</sup>

A PLAN, organização internacional não-governamental voltada para a defesa dos direitos da infância, pesquisou que:

[...] o termo bullying começou a ser estudado por pesquisadores brasileiros mais intensamente a partir da década de 1990 devido ao alto índice de crianças e adolescentes que sofriam maus-tratos praticados por colegas, professores ou funcionários da escola.<sup>11</sup>

Apesar de o termo e da questão não serem muito bem conhecidos pela população, o problema está presente no dia-a-dia de milhares de brasileiros. Uma pesquisa realizada pela mesma organização mostrou que, só no Brasil, “um terço dos estudantes afirmou estar envolvido em bullying, seja como agressor ou vítima”<sup>12</sup>, além de praticamente 1 milhão de crianças, no mundo, sofrerem algum tipo de violência nas escolas, por dia.<sup>13</sup>

### 1.3 O problema no Brasil

A Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP realizou um estudo em 501 escolas com 18.599 estudantes, pais e mães, professores e funcionários da rede pública de todos os estados do país. O resultado mostrou:

[...] que pelo menos 10% dos alunos relataram ter conhecimento de situações em que alunos, professores ou funcionários foram humilhados, agredidos ou acusados injustamente apenas por fazer parte de algum grupo social discriminado, ações conhecidas como bullying. A maior parte (19%) foi motivada pelo fato de o aluno ser negro. Em segundo lugar (18,2%) aparecem os pobres e depois a homossexualidade (17,4%). No caso dos

<sup>10</sup> BRASIL. Assembléia Legislativa de São Paulo. *Projeto de Lei nº 350, de 2007*. Disponível em: <[http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto\\_de\\_lei350.pdf](http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto_de_lei350.pdf)>. Acesso em: 20 julho 2010.

<sup>11</sup> PLAN BRASIL. *Um milhão de crianças sofrem violência escolar por dia*. 07 de outubro de 2008. Disponível em: <[http://www.plan.org.br/noticias/conteudo/um\\_milh%C3%A3o\\_de\\_crian%C3%A7as\\_sofrem\\_viol%C3%A2ncia\\_escolar\\_por\\_dia-204.html](http://www.plan.org.br/noticias/conteudo/um_milh%C3%A3o_de_crian%C3%A7as_sofrem_viol%C3%A2ncia_escolar_por_dia-204.html)>. Acesso em: 28 março 2010.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> Ibidem.

professores, o bullying é mais associado ao fato de ser idoso (8,9%). Entre funcionários, o maior fator para ser vítima de algum tipo de violência - verbal ou física - é a pobreza (7,9%).<sup>14</sup>

Em 2002, um levantamento realizado pela ABRAPIA, envolvendo 5.875 estudantes de 5ª a 8ª séries de várias escolas localizadas no município do Rio de Janeiro, revelou que 40,5% desses alunos admitiram ter estado diretamente envolvidos em atos de bullying, naquele ano, sendo 16,9% alvos, 10,9% alvos/autores e 12,7% autores de Bullying.<sup>15</sup> Além disso, o levantamento identificou que a maioria das agressões (60,2%) ocorrem na própria sala de aula, em segundo lugar durante o recreio (16,1%) e em terceiro nos portões das escolas (15,9%).

Conforme divulgado em 2010, pelo CNJ, existem peculiaridades nas manifestações de bullying no Brasil, como o uso mais freqüente de armas brancas do que de armas de fogo; além disso, nas escolas particulares de alto poder aquisitivo, a violência é exercida majoritariamente por discriminação e segregação, sendo principais alvos os descendentes nordestinos, em “função de seus hábitos, sotaques ou expressões idiomáticas típicas.”<sup>16</sup>

Além das pesquisas, os efeitos do bullying já aparecem, no Brasil, em casos similares ao de Columbine nos Estados Unidos<sup>17</sup>:

No dia 27 de janeiro de 2003, o adolescente Edmar Aparecido Freitas “de 18 anos, entrou atirando no pátio de uma escola pública em Taiúva, no interior de São Paulo. Ele atingiu sete alunos, a vice-diretora, o marido da zeladora e se matou.”<sup>18</sup> O atirador, segundo o

<sup>14</sup> ESTADÃO. *Escola é dominada por preconceitos, revela pesquisa*. 18 de junho de 2009. Disponível em: <[http://estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389064,0.php](http://estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389064,0.php)>. Acesso em: 14 maio 2010.

<sup>15</sup> ABRAPIA. *Programas de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Conceituação. Disponível em: <<http://www.bullying.com.br/BConceituacao21.htm#Mas>>. Acesso em: 2 maio 2010.

<sup>16</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: cartilha 2010 – justiça nas escolas*. 1ed. CNJ. Brasília, 2010, p. 13.

<sup>17</sup> Dia 20 de abril de 1999 no Instituto Columbine, Condado de Jefferson, Colorado, Estados Unidos, os adolescentes Dylan Klebold e Eric Harris pegaram as armas dos pais e mataram 14 estudantes e um professor no refeitório.

<sup>18</sup> JORNAL HOJE. *Crime bárbaro*. 2003. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1138809-16022,00-CRIME+BARBARO.html>>. Acesso em: 2 maio 2010.

relato de outros estudantes, havia sofrido humilhação por partes dos colegas durante anos seguidos, devido a sua obesidade, mesmo após ele ter emagrecido.<sup>19</sup>

No ano seguinte, 2004, no norte da Bahia, na cidade de Remanso, um rapaz de 17 anos, matou duas pessoas, feriu mais três e tentou suicídio, mas foi impedido e desarmado. O ato foi consequência de múltiplas humilhações e até balde de lama que o rapaz havia recebido.<sup>20</sup>

Já em setembro de 2008, o bullying teve outro desfecho, na cidade de Silva Jardim, Rio de Janeiro, o adolescente Samuel Teles da Conceição, de 17 anos, morreu após lesão cerebral grave, causada por seguidos murros e socos na cabeça que recebeu de mais de 10 alunos. O motivo da violência foi o novo corte de cabelo do estudante.<sup>21</sup> Nesse caso, como na maioria das vezes, a única vítima foi o estudante que recebeu as agressões.

Os dados sobre bullying são preocupantes não só pelo aumento de ocorrências em todas as escolas e pelas tragédias consequentes dessas agressões, mas também por ser um problema que ocorre em todas as instituições de ensino do mundo:

Pode-se afirmar que está presente, de forma democrática, em 100% das escolas em todo o mundo pública ou particulares. O que pode variar são os índices encontrados em cada realidade escolar. Isso decorre do conhecimento da situação e da postura que cada instituição de ensino adota, ao se deparar com casos de violência entre os alunos.<sup>22</sup>

Conforme já mencionado, existe um Projeto de Lei, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, de nº 350, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir um Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo. O projeto traz uma definição de bullying:

<sup>19</sup> FOLHA ONLINE. *Segundo a polícia, atirador de Taiúva escolheu alvos*. 29 Rio de Janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u67698.shtml>>. Acesso em: 2 maio 2010.

<sup>20</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 113.

<sup>21</sup> G1. *Escola advertiu alunos por 'brincadeira' que causou morte de rapaz*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL744147-5606,00-ESCOLA+ADVERTIU+ALUNOS+POR+BRINCADEIRA+QUE+CAUSOU+MORTE+DE+RAPAZ.html>>. Acesso em: 5 maio 2010.

<sup>22</sup> SILVA, op.cit, p. 117.

Parágrafo único - Entende-se por bullying atitudes de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, praticadas por um indivíduo (bully) ou grupos de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.<sup>23</sup>

O parágrafo permite a interpretação dos requisitos para a classificação do ato como bullying:

- \*Violência física ou psicológica,
- \*Intencional,
- \*Repetitiva,
- \*Sem motivação evidente,
- \*Com objetivo de intimidar ou agredir e
- \*Relação de desequilíbrio de poder entre as partes

O requisito de repetição da violência para que seja caracterizado o bullying é incompleto, não fornecendo parâmetros para que seja considerado repetitivo ou não. Cabe aos doutrinadores e ao judiciário então estabelecer uma média ou número para evitar divergências significativas quanto à classificação ou não do bullying pelas vezes em que se repete. Ana Beatriz Barbosa Silva também elenca requisitos para a distinção do bullying e das demais violências. A psicóloga, com base nos estudos de Dan Olweus, classifica como repetitivo os ataques que ocorram no mínimo duas vezes durante um ano letivo.<sup>24</sup>

O citado projeto de lei também divide o bullying em três tipos de classificação: sexual, psicológico e de exclusão social. Tais classificações divergem das usualmente utilizadas, que

<sup>23</sup> BRASIL. Assembléia Legislativa de São Paulo. *Projeto de Lei nº 350, de 2007*. Disponível em: <[http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto\\_de\\_lei350.pdf](http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto_de_lei350.pdf)>. Acesso em: 20 julho 2010.

<sup>24</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p.166.

são determinadas segundo a espécie de agressão. Segundo Deborah C. Antunes e Antônio Álvaro S. Zuin existem as agressões diretas e físicas que envolvem agressões, roubo, destruição de materiais e comportamentos sexuais; as verbais diretas, constituindo comentários, insultos e apelidos, além dessas, haveria as verbais indiretas, como as fofocas, exclusão social, dentre outros.<sup>25</sup>

O programa de combate ao bullying determina a criação, pela unidade escolar, de uma equipe multidisciplinar que conta com a participação de todo o corpo docente, além de alunos, pais e voluntários, com fim de promover atividades didáticas, informativas, de orientação e prevenção.

#### 1.4 Os danos potenciais

A pesquisa realizada pela organização PLAN BRASIL indicou outro dado importante: os resultados das violências não são apenas na personalidade (saúde mental), mas refletem na saúde física e no futuro potencial da criança. Destacando o caso do bullying, outros resultados alarmantes foram os que “garotas vítimas de bullying têm oito vezes mais chances de serem suicidas”<sup>26</sup> e que as vítimas do bullying possuem cinco vezes mais chances de sofrer de depressão, além de possuírem um risco maior de uso de drogas e de suicídio.<sup>27</sup>

De acordo com a psicóloga Ana Beatriz Barbosa Silva, o bullying pode ocasionar quadros graves de transtornos psíquicos “pânico, depressão, bulimia, compulsão, anorexia, ansiedade generalizada, fobias, psicoses, entre outros”<sup>28</sup>, algumas vezes irreversíveis. Porém

---

<sup>25</sup> ANTUNES, Deborah Christina & ZUIN, Antônio Álvaro Soares. *Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100004&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100004&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 23 agosto 2010.

<sup>26</sup> PLAN BRASIL. *Um milhão de crianças sofrem violência escolar por dia*. 07 de outubro de 2008. Disponível em: <[http://www.plan.org.br/noticias/conteudo/um\\_milh%C3%A3o\\_de\\_crian%C3%A7as\\_sofrem\\_viol%C3%A7ncia\\_escolar\\_por\\_dia-204.html](http://www.plan.org.br/noticias/conteudo/um_milh%C3%A3o_de_crian%C3%A7as_sofrem_viol%C3%A7ncia_escolar_por_dia-204.html)>. Acesso em: 28 março 2010.

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010, p. 76.



para essa profissional, o bullying somente desencadeia os transtornos nos jovens que já tinham predisposição genética para essas patologias.<sup>29</sup>

Margarida Gaspar de Matos e Sónia M. Pedroso Gonçalves apontam em seu estudo, como resultado das violências sofridas dentro do ambiente escolar, que a maioria dos alunos oprimidos tende a ter os resultados escolares prejudicados e o consequente abandono dos estudos. Em pior grau, indicam a ideação dessas vítimas sobre o suicídio e até a realização do mesmo. Além disso, explanam a maior tendência que os agressores têm de consumir tabaco, álcool e drogas, além do mau rendimento escolar. Citando Dan Olweus, ambas mencionam que os efeitos da vitimização das violências do bullying podem se perpetuar e se tornarem visíveis até a vida adulta.<sup>30</sup>

Uma cartilha desenvolvida em 2010 pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de autoria da psicóloga Ana Beatriz Barbosa Silva Maria, traz como resposta a um questionamento sobre os principais problemas que a vítima de bullying pode enfrentar na escola e ao longo da vida, que:

As consequências são as mais variadas possíveis e dependem muito de cada indivíduo, da sua estrutura, de vivências, de predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões. No entanto, todas as vítimas, sem exceção, sofrem com os ataques de bullying (em maior ou menor proporção). Muitas levarão marcas profundas provenientes das agressões para a vida adulta, e necessitarão de apoio psiquiátrico e/ou psicológico para a superação do problema.<sup>31</sup>

A máquina estatal também pode acabar sendo acionada para suportar as consequências dessas violências:

Prejuízos financeiros e sociais causados pelo bullying atingem também as famílias, as escolas e a sociedade em geral. As crianças e adolescentes que sofrem e/ou praticam bullying podem vir a necessitar de múltiplos serviços,

---

<sup>29</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010, p. 76.

<sup>30</sup> MATOS, Margarida Gaspar de & GONÇALVES, Sónia M. Pedroso. *Bullying nas escolas: Comportamentos e percepções*. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v10n1/v10n1a01.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2010.

<sup>31</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: cartilha 2010 – justiça nas escolas*. 1ed. CNJ. Brasília, 2010, p. 9.

como saúde mental, justiça da infância e adolescência, educação especial e programas sociais.<sup>32</sup>

A pesquisa da organização PLAN também relacionou a prática do bullying ao desempenho escolar dos estudantes, apesar das alegações de alguns psicólogos de que muitas vezes os agressores podem possuir desempenho acadêmico exemplar. A maioria dos estudiosos sobre o assunto concorda que as vítimas de bullying, em praticamente todos os casos, enfrentam uma redução brusca em suas notas:

Nas escolas onde as agressões são mais intensas, o desempenho na Prova Brasil é menor. "É lamentável e preocupante verificar que isso ocorre, mas os dados servem como alerta para que a escola possa refletir e agir para modificar esse cenário", diz Anna Helena Altenfelder, educadora do Cenpec. "As pessoas não são preconceituosas por natureza. O preconceito é construído nas relações sociais. Isso pode ser modificado"<sup>33</sup>

A conclusão é que os atos de bullying estão presentes em todas as instituições de ensino do mundo e que os danos materiais (lesões corporais leves e graves, óbito, destruição de bens, entre outros) e os danos morais/psicológicos (traumas e transtornos psicológicos, ofensa à honra, imagem e intimidade, entre outros) são consequências diretas e comprovadas dessas agressões, trazendo danos imediatos como de repercussão futura e algumas vezes irreversíveis. São legítimas as vítimas de tais agressões requererem judicialmente a reparação pelos prejuízos e danos ocasionados por seus agressores.

---

<sup>32</sup> LOPES NETO, Aramis A. *Bullying: comportamento agressivo entre estudantes*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572005000700006%20&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572005000700006%20&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 agosto 2010.

<sup>33</sup> ESTADÃO. *Escola é dominada por preconceitos, revela pesquisa*. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389064,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389064,0.php)>. Acesso em: 28 agosto 2010.

## 2 A TEORIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

### 2.1 Conceito

A responsabilidade civil é um instituto que visa obrigar um ou vários agentes, que causaram prejuízo a um direito tutelado da vítima, a reparar o dano suportado pela mesma, seja restaurando o *status quo ante*, ou caso não seja possível, com a indenização monetária que compense o dano.<sup>34</sup>

Para José de Aguiar Dias, é possível estabelecer uma noção de responsabilidade como repercussão obrigacional da atividade do homem, podendo haver diversas espécies de responsabilidade, variando de acordo com o fato jurídico que a desencadeou, com o campo em que o problema se apresentou.<sup>35</sup>

Como regra geral, o direito à reparação de um dano, só acontece quando há culpa do agente em relação ao prejuízo<sup>36</sup>, entretanto, a própria legislação prevê a hipótese de responsabilidade civil sem a presença do elemento da culpa para alguns indivíduos das relações jurídicas, que é a denominada responsabilidade civil objetiva.<sup>37</sup> Conforme essa espécie de responsabilidade, somente a demonstração do dano e a comprovação de nexo de causalidade entre o mesmo e a conduta do agente agressor são suficientes para constituição do dever de reparação. Nas palavras de Pablo Stolze Gagliano, o “dolo ou culpa na conduta do agente causador do dano é irrelevante juridicamente”<sup>38</sup> na análise da responsabilidade objetiva.

Seja pela teoria do risco da atividade ou pela presunção de culpa, vários dispositivos no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor determinam a responsabilidade do agente

---

<sup>34</sup> ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 128.

<sup>35</sup> DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 11 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 4.

<sup>36</sup> STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 164.

<sup>37</sup> SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no código do consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 49.

<sup>38</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil, volume III: responsabilidade civil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p.14.

que provocou o dano, independente da demonstração de culpa.<sup>39</sup> Ressalta-se que no caso da presunção de culpa, essa comprovação é dispensada para vítima, pois quem deverá realizá-la é o autor do ato ilícito.

Entende-se que a culpa presumida não é a ausência de relevância da culpa ou a exclusão desse elemento para a formação do dever de reparação, mas sim, a presunção de existência desse requisito, sem necessidade de comprovação por parte da vítima. Trata-se do ônus da prova, quando a vítima deve comprovar somente que houve o dano e a ação do agente agressor, cabendo ao agente do ato ilícito comprovar alguma excludente de responsabilidade, pois a culpa desse dever de reparar é legalmente presumida.<sup>40</sup>

Quanto à teoria do risco, é uma das justificativas fundamentais a responsabilidade objetiva, de acordo com Carlos Roberto Gonçalves, para esta teoria: “toda pessoa que exerce alguma atividade cria um risco de dano para terceiros”<sup>41</sup>, pela exposição da coletividade a esse risco. As atividades que causam benefícios e proveitos ao responsável e que expõem terceiros a suportar o risco dessa atividade, seja pela sua natureza ou pelos meios empregados para sua realização, geram o dever de reparar, independente da culpa do criador do risco.<sup>42</sup>

Nas palavras do Min. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino:

[...] a responsabilidade objetiva, calcada na teoria do risco, é uma imputação atribuída por lei a determinadas pessoas de ressarcirem os danos provocados por atividades exercidas no seu interesse e sob seu controle, sem que se proceda a qualquer indagação sobre o elemento subjetivo da conduta do agente ou de seus prepostos, bastando a relação de causalidade entre o dano sofrido pela vítima e a situação de risco criada pelo agente.<sup>43</sup>

---

<sup>39</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 21.

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no código do consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 47.

A teoria da responsabilidade civil objetiva possui fundamento no ordenamento jurídico atual, no parágrafo único do artigo 927 do CC/02<sup>44</sup>, como também em outros dispositivos do Código de Defesa do Consumidor, entre eles os arts. 12 e 14, que dispõem sobre a responsabilidade de maneira mais específica, quanto aos agentes e relações jurídicas entre este e a vítima.

Com base no art. 927, parágrafo único do CC/02 conclui-se que a responsabilidade objetiva seria o dever de reparar um dano causado a outrem, independente de culpa, nos casos especificados em lei ou quando fruto de uma atividade de risco. A culpa, elemento essencial na responsabilidade subjetiva, é então subjugada na responsabilidade objetiva, podendo ou não existir, como elemento acessório, para a formação da responsabilidade.

Para Carlos Roberto Gonçalves a teoria objetiva pressupõe que todo dano é indenizável, devendo ser reparado por quem se liga a ele pelo nexo de causalidade, entre a ação e o dano, independente da existência de culpa do agente.<sup>45</sup>

Nas palavras de Paulo Sérgio Gomes Alonso, a responsabilidade objetiva:

Proclama que o agente deve reparar o dano por ele causado, independentemente de existir um fato culposos; não perquire sobre as circunstâncias do fato causador do dano, bastando que este ocorra e que esteja vinculado a determinado fato para assegurar à vítima a sua reparação<sup>46</sup>

Portanto, em todas as previsões legais em que for dispensada a culpa do agente para a formação do dever de indenizar a vítima que sofreu o dano, serão dispositivos de responsabilidade objetiva, com ressalva da culpa presumida, onde não é dispensada a culpa do agente, mas sim, presumida a sua existência, não sendo hipótese legal ou teórica de responsabilidade civil objetiva, apesar das aplicações práticas poderem ser equiparadas.

---

<sup>44</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 927, §único: “Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

<sup>45</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 21.

<sup>46</sup> ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 57.

## 2.2 Requisitos

Para a formação do dever jurídico secundário da responsabilidade civil, existem três requisitos essenciais a serem preenchidos, uma vez que o elemento da culpa, como já mencionado, não é elemento necessário para a formação do dever de reparar em todos os casos.

Sendo assim, três são os elementos essenciais<sup>47</sup> para a configuração da responsabilidade objetiva: o dano, o nexo de causalidade e a conduta do agente. E, na ausência de qualquer um deles, não ocorrerá o dever do agente de indenizar.

### 2.2.1 Conduta do Agente

Como primeiro elemento para configuração da responsabilidade civil está a conduta do agente, ou seja, o comportamento humano do ofensor. Restringe-se a conduta humana uma vez que somente o homem (pessoa física ou jurídica) pode ser responsabilizado.<sup>48</sup>

Para Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, a conduta do agente “trata-se, em outras palavras, da conduta humana positiva ou negativa (omissão), guiada pela vontade do agente, que desemboca no dano ou prejuízo”.<sup>49</sup>

Diante desse conceito, percebe-se uma condição para que a conduta humana seja apta a gerar a responsabilidade: a voluntariedade da ação do agente. Os doutrinadores acima citados elencam a voluntariedade da conduta como o núcleo fundamental da ação do agente, somente ao possuir a vontade de realizar uma determinada ação, mesmo que sem dolo ou culpa do resultado da mesma, este poderá ser responsabilizado pelas suas consequências.<sup>50</sup> Rui Stoco observa que:

A voluntariedade da conduta não se confunde com a projeção da vontade sobre o resultado, isto é, o querer intencional de produzir o resultado; de

---

<sup>47</sup> “Elementos essenciais são aqueles imprescindíveis para a responsabilização.” LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*. 2ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 198.

<sup>48</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil, volume III: responsabilidade civil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p.27.

<sup>49</sup> *Ibidem*.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p.28.

assumir o risco de produzi-lo; de não querê-lo, mas, ainda assim, atuar com afoiteza, com indolência ou com incapacidade manifesta.<sup>51</sup>

Portanto, a voluntariedade da conduta seria no domínio da conduta, realizando por vontade própria, sem qualquer espécie de coação, e com controle consciente sobre tais ações. O agente deve ter a liberdade de escolha.<sup>52</sup>

Consequente à necessidade de voluntariedade do agente em realizar a ação geradora do dano, mister se faz observar a capacidade do agente. Para ser voluntário, o agente não só deve ter vontade de realizar o ato, mas ter consciência e discernimento sobre seus atos. Sendo necessário observar-se a incapacidade civil absoluta ou relativa do autor da ofensa, conforme os arts. 3º e 4º do CC/02, respectivamente, casos em que a responsabilidade por seus atos se dará nos moldes do art. 928 do mesmo código.

Quanto à conduta em si, esta pode ser classificada como comissiva (positiva) ou omissiva (negativa). A primeira, positiva, será caracterizada com a ação em si, com o comportamento ativo consistente no exercício do ato que causa o dano. Já o segundo tipo de conduta, negativa, consiste exatamente no oposto, na ausência da ação em si, na omissão e inatividade do agente diante de uma determinada situação em que se fazia obrigatória a ação deste; abstendo-se de fazer ou agir.<sup>53</sup> Para a formação da responsabilidade civil por omissão do agente no plano jurídico, será essencial a existência prévia de um dever jurídico (disposto em lei, convenção ou até por uma situação especial de perigo) de praticar um determinado fato, ou de não se omitir diante de uma situação.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 131.

<sup>52</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil, volume III: responsabilidade civil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p.27-8.

<sup>53</sup> LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 202.

<sup>54</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil: revisado de acordo com o novo Código Civil*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 37.

### 2.2.2 O Dano

O segundo elemento da responsabilidade civil é, entretanto, um dos mais importantes. Na linguagem jurídica, o dano “constitui todo o prejuízo que o sujeito de direito sofra através da violação dos seus bens jurídicos, com exceção única daquele que a si mesmo tenha causado”.<sup>55</sup> Nas palavras de Rui Stoco:

O dano é, pois, elemento essencial e indispensável à responsabilização do agente, seja essa obrigação originada de ato lícito, nas hipóteses expressamente previstas; de ato ilícito, ou de inadimplemento contratual, independente, ainda, de se tratar de responsabilidade objetiva ou subjetiva.<sup>56</sup>

O objeto do dano, o direito ou bem afetado pela conduta do agente, são bens jurídicos, os quais o sistema normativo vigente projete e garanta como direito do indivíduo, condizente com a expressão ‘juridicamente tutelado’.<sup>57</sup>

Entretanto, o dano para ser indenizado também deve preencher alguns requisitos, devendo ser certo, e assim, real e efetivo<sup>58</sup>, não se admitindo o dano incerto, improvável, eventual, condicional ou hipotético.<sup>59</sup> A existência do dano é fator primordial à responsabilidade civil, uma vez que é este que deverá ser reparado; é com a geração do prejuízo ao direito juridicamente tutelado do outro, que se buscará então, em combinação com os outros elementos da responsabilidade civil, a obrigação de reparar pelo agente agressor, bem como a reparação de fato. Quanto ao dano futuro, Carlos Roberto Gonçalves dispõe:

O requisito da “certeza” do dano afasta a possibilidade de reparação do dano meramente hipotético ou eventual, que poderá não se concretizar. [...] O que deve existir é uma probabilidade objetiva que resulte do curso normal das coisas [...]<sup>60</sup>

<sup>55</sup> ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 127.

<sup>56</sup> STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 129.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 1179.

<sup>58</sup> ALONSO, op. cit., p. 129.

<sup>59</sup> STOCO, op. cit., p. 1181.

<sup>60</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil: revisado de acordo com o novo Código Civil*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 530-1.



Quanto à natureza do dano, conforme acima mencionado, este poderá ser patrimonial ou não, sendo acumuláveis ambas as obrigações de indenizar (pelo dano material e moral) originadas do mesmo fato jurídico conforme a Súmula 37 do STJ.<sup>61</sup>

Os danos materiais/patrimoniais deverão ser reparados ou indenizados na extensão do seu prejuízo (dano emergente e lucros cessantes), conforme o art. 944 do CC/02<sup>62</sup>, observada a devida correção monetária. Nos danos tidos como extrapatrimoniais/morais, os prejuízos são suportados na esfera dos direitos da personalidade, incluindo então: a honra, a imagem, a intimidade e privacidade, a dignidade da pessoa humana e a integridade psíquica, com fulcro no art. 5º, inciso X da Constituição Federal de 1988.

Segundo Paulo Sérgio Gomes Alonso, a justificativa para responsabilização das ofensas aos direitos de personalidade é que “é da essência da pessoa a busca da felicidade, do bem-estar e de outros valores necessários e próprios da individualidade de cada um, que não poderão ser obstados por tais agressões”.<sup>63</sup>

Nos danos extrapatrimoniais, a responsabilidade pelo dano é mais abrangente, englobando não só os autores imediatos da ofensa, mas também todo aquele que tenha contribuído com a formação ou extensão do dano ao divulgá-lo.<sup>64</sup>

Importante salientar também que os danos morais, por não terem dimensão matemática, não são indenizados, ocorrendo na verdade uma compensação, normalmente monetária, pelo dano suportado.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> Súmula nº 37 do STJ: “são cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato”.

<sup>62</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 944: “A indenização mede-se pela extensão do dano.”

<sup>63</sup> ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 139.

<sup>64</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil: revisado de acordo com o novo Código Civil* (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 119.

<sup>65</sup> STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 1180.

### 2.2.3 Nexa de Causalidade

Como último elemento da responsabilidade civil, o nexa de causalidade é a relação entre os outros dois elementos da mesma. É este elemento que constitui a relação jurídica existente entre o agente e a vítima em decorrência do dano causado.<sup>66</sup>

Só haverá dever de reparação quando se comprovar que o dano sofrido pela vítima tenha sido causado pela conduta do sujeito ativo, uma vez que não seria cabível ou racional a penalização e imposição do dever de indenizar um dano sofrido ao agente que em nada contribuiu para a ocorrência do mesmo. Seria tornar toda a sociedade responsável potencial por um dano causado até mesmo por catástrofes naturais.

Entretanto, a legislação brasileira prevê em determinados casos a existência do dever de indenizar do agente, não em decorrência de uma conduta própria, mas de uma obrigação legal de responder pelo fato de terceiro. Situação em que, apesar de não haver uma conduta ofensiva do agente, o nexa de causalidade, que estabelece a relação jurídica com a vítima em decorrência do dano, se dará por imposição legal, responderá então pelo elo existente entre a conduta de terceiro e o dano suportado.<sup>67</sup>

Destaca-se que pela teoria da responsabilidade objetiva, em algumas situações o vínculo causal se dará ou pelo proveito percebido pelo agente e o dano causado, ou pela atividade exercida pelo agente que provocou o prejuízo e o dano da vítima, e não pela ação danosa própria.<sup>68</sup>

## 2.3 Ótica do Código Civil

A responsabilidade civil no Código Civil de 2002 encontra-se, de forma geral, disposta no Título IX, em seus artigos 927 e seguintes. A obrigação de reparar todos os danos causados

---

<sup>66</sup> LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 219.

<sup>67</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil: revisado de acordo com o novo Código Civil* (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 126.

<sup>68</sup> ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 153.

por um ato ilícito expressos na redação do art. 927 remete diretamente aos arts. 186.,<sup>69</sup> e 187.,<sup>70</sup> que trazem a definição legislativa civil do ato ilícito. Conclui-se que o ato ilícito é toda ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, que viole direito e cause dano a outrem, podendo alcançar atos que originalmente seriam lícitos, pelo exercício de um direito do titular, mas que pelo excesso em seu exercício, ultrapassam os limites tanto da sua finalidade econômica ou social quanto da boa-fé e bons costumes.

Ambas as teorias da responsabilidade civil, subjetiva e objetiva, estão previstas no art. 927. A primeira teoria, subjetiva, é disposta no *caput* do referido artigo em combinação com o art. 186., e 187., do Código Civil. Já a responsabilidade civil objetiva, mais especificadamente, encontra seu fundamento legal no parágrafo único do art. 927., do CC/02, dispondo este que haverá a responsabilidade do agente, independente da presença do elemento da culpa, nos casos especificados em lei ou quando estiver presente o risco da atividade.

No âmbito do Código Civil de 2002, o próprio legislador já especifica uma série de situações onde a responsabilidade civil será objetiva, dando origem ao dever de reparar sem a análise sobre a culpa do autor do ato ilícito. Entre essas situações, a mais relevante para o presente estudo é o caso previsto no art. 932., IV c/c art. 933.,<sup>71</sup> ambos do CC/02, que determina como responsável, ainda que sem culpa, “os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, mesmo **para fins de educação**, pelos seus hóspedes, moradores e **educandos**,” [grifo nosso]. Tal responsabilidade decorre do dever de

---

<sup>69</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art.186: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

<sup>70</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 187: “Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.”

<sup>71</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 933: “As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.”

vigilância que possui o agente, respondendo por um “dano que não foi causado diretamente por ele, mas sim por um terceiro com quem mantém algum tipo de relação jurídica”.<sup>72</sup>

Na hipótese legal acima, encontra-se enquadrada, entre outras, a responsabilidade civil objetiva das instituições de ensino pelos atos cometidos pelos seus educandos, ou seja, estudantes. A norma é genérica e deixa diversas lacunas quanto à abrangência da responsabilidade; se ocorrerá somente quando os danos tiverem ocorrido dentro do estabelecimento do agente; se responderão pelos danos por fatos de terceiros (funcionários ou alheios à relação jurídica), dentre outras.

O fundamento para a aplicação da responsabilidade civil objetiva desses agentes pelos atos de terceiros, conforme disposto nos incisos do art. 932, IV c/c art. 933 ambos do CC/02, variam entre os doutrinadores. Carlos Roberto Gonçalves justifica a aplicação de tal responsabilidade a esses agentes de acordo com a teoria do risco, conforme a intenção de lucro visada por essas instituições:<sup>73</sup>

A idéia de risco é a que mais se aproxima da realidade. Se o pai põe filhos no mundo, se o patrão se utiliza do empregado, ambos correm o risco de que, da atividade daqueles, surja dano para terceiro. É razoável que, se tal dano advier, por ele respondam solidariamente com os seus causadores diretos aqueles sob cuja dependência estes se achavam.<sup>74</sup>

Carlos Roberto Gonçalves também entende que o dever de indenizar pelo fato de terceiro, previsto no art. 932., encontra base não só na teoria do risco, como também no dever de vigiar, enquanto permanecer em seu estabelecimento, o menor ou incapaz, uma vez que não possuem plena consciência ou discernimento de seus atos e devem estar sobre constante

---

<sup>72</sup> GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil, volume III: responsabilidade civil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p.14.

<sup>73</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil: revisado de acordo com o novo Código Civil* (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 156.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 130.

vigilância, que é realizada pelas instituições de ensino, enquanto os educandos estiverem sob sua guarda.<sup>75</sup>

Como fundamento ao dever de reparação pela guarda do incapaz, dispõe o autor:

Pressupõe o art. 186 do CC o elemento imputabilidade, ou seja, a existência, no agente, da livre determinação de vontade. Para que alguém pratique um ato ilícito e seja obrigado a reparar o dano causado, é necessário que tenha capacidade de discernimento. Em outras palavras, aquele que não pode querer e entender, não incorre em culpa e, *ipso facto*, não pratica ato ilícito.<sup>76</sup>

Diante da incapacidade da maior parte dos educandos em responder por seus atos, diante da ausência de discernimento pleno sobre suas ações e a consequência das mesmas, por ele sempre deve haver alguém com capacidade civil integral para guardá-lo e vigiá-lo, respondendo por todos os danos que o incapaz, sob sua guarda, provocar, uma vez que era sua obrigação zelar pelo menor e impedir os eventuais danos.

Silvio Venosa, em concordância a esta última linha de pensamento, expressa o visível dever de vigia exercido pelas instituições de ensino em relação aos seus estudantes, quando menciona que a instituição é responsável não só pelo bem estar e integridade física do estudante, como também pelos atos que o mesmo pratique, e conseqüentemente, aos danos que esses atos causem a outros.<sup>77</sup> A jurisprudência caminha no mesmo sentido, conforme se percebe no acórdão do TJSP:

Indenização e responsabilidade civil por dano moral - Menor que foi agredido e humilhado em estabelecimento escolar - Alegação da ré que o fato foi simples brincadeira no pátio da Escola - Ausência de vigilância de quem tem obrigação de zelar pela integridade física e moral dos alunos<sup>78</sup>

<sup>75</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 161-2.

<sup>76</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>77</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*, responsabilidade civil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.71.

<sup>78</sup> TJSP, Sétima Câmara de Direito Privado, Ap. 024.150-4/4-00, Relator Luiz Benini Cabral, julgado em 01/04/88.

Rui Stoco expõe o dever de vigilância, como também o dever de guarda, exercido pelos educadores no exercício de suas atividades, como razão para a lei estabelecer a respectiva responsabilidade.<sup>79</sup>

Ocorre que, em sua maioria, tanto os doutrinadores quanto a jurisprudência utilizam-se da combinação entre os artigos do Código Civil de 2002 com o Código de Defesa do Consumidor para determinar a obrigação de reparar das instituições de ensino, aplicando ambas as disposições para a análise do caso concreto. Entretanto, os fundamentos para a responsabilidade civil objetiva dessas instituições em si, na ótica do Código de Defesa do Consumidor, possui fundamentação diversa da observada nos artigos do Código Civil.

## 2.4 Ótica do Código de Defesa do Consumidor

A base da responsabilidade no Código de Defesa do Consumidor encontra-se no art. 6º, o qual prevê em seus incisos I e VI, como direitos básicos do consumidor:

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; [...]

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.

As redações dos citados incisos determinam não só o direito à proteção da vida, saúde e segurança dos consumidores em relação a eventuais defeitos originados da relação de consumo, inclusive a prestação de serviços, como também o direito de reparação do dano/prejuízo suportado, destacando-se que a própria redação do inciso VI já dispõe sobre a reparação dos danos patrimoniais e morais, e conseqüentemente a acumulação das respectivas indenizações.<sup>80</sup>

O Código de Defesa do Consumidor também explora a responsabilidade dos fornecedores em outros diversos artigos de maneira mais específica e detalhada. Diante da

---

<sup>79</sup> STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 929.

<sup>80</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 391.

função do presente estudo, destaca-se a previsão da responsabilidade do fornecedor na prestação de serviços, prevista no art. 14. Conceituando, a princípio, o serviço como toda e qualquer atividade prestada no mercado de consumo, mediante remuneração, conforme o §2º do art. 3º do CDC, abrange os serviços prestados pelas instituições de ensino.<sup>81</sup>

Na primeira parte do art. 14, *caput*<sup>82</sup>, a redação trata da responsabilidade do fornecedor/prestador no caso de defeitos nos serviços, ou seja, a reparação pelos danos causados aos consumidores decorrente de uma prestação de serviços defeituosa.<sup>83</sup> Nas palavras de Sérgio Cavalieri Filho, com base no mencionado artigo:

O serviço defeituoso é quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em conta as circunstâncias relevantes, tais como o modo do seu fornecimento, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi fornecido (art. 14, §1º).<sup>84</sup>

É como base nesse dispositivo em que se prevê a responsabilidade das instituições de ensino, sob a ótica do Código de Defesa de Consumidor, como prestadoras de serviços educacionais. Nessa espécie de relação jurídica de consumo, pode-se interpretar o estudante como o consumidor dos serviços educacionais que serão prestados pela instituição educacional, fornecedora da relação.<sup>85</sup> Sendo assim, seria clara a responsabilidade civil objetiva dessas instituições em relação aos danos causados aos seus estudantes, decorrentes da prestação de serviços educacionais.

Silvio Venosa defende que se o prejuízo físico ou moral decorre da atividade, da prestação de serviços educacionais, ou em razão dele, o estabelecimento é responsável, incluindo a hipótese de que o estudante venha a ser agredido por um colega durante a sua

<sup>81</sup> SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no código do consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 124-5.

<sup>82</sup> BRASIL. Lei nº8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Art. 14, *caput* “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.”

<sup>83</sup> ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 102.

<sup>84</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 3 ed. Malheiros Editorias, 2002, p. 428.

<sup>85</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil, responsabilidade civil*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.71.

estadia no estabelecimento educacional, prevendo ainda, casos de responsabilidade da instituição de ensino por danos provocados fora do seu estabelecimento, em virtude do risco da atividade e o dever de vigilância:

Pode até mesmo ser firmada a responsabilidade civil, ainda que o educando se encontre fora das dependências do estabelecimento: imaginemos a hipótese de danos praticados por aluno em excursão ou visita organizada, orientada ou patrocinada pela escola. Nesse caso, o dever de vigilância dos professores e educadores é ambulatório, isto é, acompanha os alunos.<sup>86</sup>

O Superior Tribunal de Justiça julgou em 2009 uma ação de responsabilidade por dano material, moral e estético, em um caso em que um menor de idade, durante uma excursão escolar, caiu de um brinquedo fraturando o braço. A base da alegação do autor foi a falta de vigilância sob o aluno, no momento do acidente, enquanto o estabelecimento de ensino alega o caso fortuito como excludente de sua responsabilidade. O Juízo de primeiro grau julgou procedente o pedido e o réu apelou. Já o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, por maioria de votos, deu provimento ao recurso, entre os seus fundamentos, de que a responsabilidade objetiva da instituição não isentava o prejudicado de produzir provas nos autos.

O acórdão do STJ é extremamente explicativo quanto a questão não só da aplicação do art. 14 do CDC ao caso, como também a relação com o nexo de causalidade e sua excludente:

1. É incontroverso no caso que o **serviço prestado** pela instituição de ensino foi **defeituoso**, tendo em vista que o passeio ao parque, que se relacionava à atividade acadêmica a cargo do colégio, foi realizado sem a previsão de um corpo de funcionários compatível com o número de alunos que participava da atividade. 2. O Tribunal de origem, a pretexto de justificar a **aplicação do art. 14 do CDC**, impôs a necessidade de comprovação de culpa da escola, violando o dispositivo ao qual pretendia dar vigência, que prevê a responsabilidade objetiva da escola. 3. Na relação de consumo, existindo caso fortuito interno, ocorrido no momento da realização do serviço, como na hipótese em apreço, permanece a responsabilidade do fornecedor, pois, **tendo o fato relação com os próprios riscos da atividade, não ocorre o rompimento do nexo causal**. 4. Os estabelecimentos de ensino têm dever de segurança em relação ao aluno no período em que estiverem sob sua

<sup>86</sup> VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil, responsabilidade civil*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.71.



vigilância e autoridade, dever este do qual deriva a responsabilidade pelos danos ocorridos.<sup>87</sup> [grifo nosso]

Entretanto, apesar do *caput* do art. 14 determinar a responsabilidade objetiva desses fornecedores de serviços, o §3º do mesmo dispositivo prevê as hipóteses de exclusão dessa responsabilidade, sob ônus da prova do próprio fornecedor: inexistência do defeito ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. Essas hipóteses são equiparáveis à força maior como causa de exclusão do nexo causal, uma vez que rompem o nexo de causalidade entre a conduta do agente (fornecedor, escola) e o prejuízo causado à vítima (consumidor, estudante), pois não é a ação do primeiro que originou o dano do segundo, mas sim uma própria ação do consumidor ou de um terceiro alheio à relação jurídica de consumo.<sup>88</sup>

Decorrente da análise do §3º, do art. 14 do CDC, presume-se a absoluta exclusão do fornecedor do pólo passivo de uma eventual ação de reparação, apesar do que dispõe o *caput* do mesmo artigo, que determina a responsabilidade objetiva do agente, pois há a excludente de nexo causal, que seria a culpa do consumidor ou de um terceiro.

Contudo, a análise precisa da redação do citado artigo revela uma condição para o rompimento do nexo de causalidade e a exclusão da responsabilidade do agente, que seria a exclusividade da culpa do consumidor ou do terceiro, o que permite a conclusão que não poderá a prestação de serviço, e o defeito decorrente desta, concorrer em momento algum para a formação do dano.<sup>89</sup> Uma vez que o serviço defeituoso concorrer para a formação do dano ao consumidor, de forma que não haveria um prejuízo se o defeito do serviço não tivesse ocorrido, as excludentes da culpa exclusiva da vítima ou fato de terceiro, perdem qualquer relevância, pois essas excludentes de responsabilidade condicionam a inexistência de defeito no serviço.<sup>90</sup>

---

<sup>87</sup> STJ, Quarta Turma, *REsp* 762075/DF, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 16/06/2009, DJe 29/06/2009.

<sup>88</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 3 ed. Malheiros Editorias, 2002, p. 432.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 434.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 434-5.

Em 2001, o Superior Tribunal de Justiça julgou a lide sobre uma aluna que durante um experimento na aula de química acabou sofrendo um acidente, se queimando. A estudante representada pelos pais processou tanto a escola como a professora de química, que responderam solidariamente pelos danos morais e materiais causados, incluindo despesas futuras com tratamento físico ou psicológico, no juízo de primeiro grau.

1.Acidente ocorrido em sala de aula, durante experiência com álcool efetuada pela professora, com sérias queimaduras em pequena aluna. 2.A falta de prova da efetiva diminuição na renda dos pais da vítima não permite o exame desse ponto do recurso especial (Súmula 7/STJ). 3.Os juros a serem pagos pelo autor material do ilícito são contados na forma do art. 1544 do CCivil. Assim, a professora que realizou a experiência paga juros compostos, mas não o estabelecimento escolar. Entendimento da maioria, com ressalva da posição do signatário, que não vê razão para que seja o empregado responsável por valor maior do que o seu empregador. 4.Elevação da indenização do dano moral de 200 para 700 salários mínimos, consideradas as circunstâncias da espécie, sendo 400 s.m. para a vítima e 150 para cada um dos pais. 5.Elevação dos honorários de 10% para 15% sobre o valor da condenação, considerando as dificuldades da causa. 6.A condenação deve incluir todas as intervenções que se fizeram necessárias durante a tramitação do demorado processo e das que devam ser feitas no tratamento das seqüelas deixadas pelo acidente, ainda que não possam ser desde logo definidas em número e em valor, o que ficará para a liquidação de sentença. Conforme a perícia, a natureza das lesões exige constantes e periódicas intervenções, até sua definitiva consolidação.<sup>91</sup>

No caso em questão, apesar do dano ser decorrente do ato de terceiro, negligência da professora de química, a instituição de ensino responde solidariamente, pois não foi culpa exclusiva da professora. O estabelecimento de ensino também prestou um serviço defeituoso, seja pela ótica de não tomar os devidos cuidados com as aulas experimentais e as substâncias potencialmente perigosas, ou por não fiscalizar a atividade do seu corpo docente, ou até pelo risco da atividade prestada com fins lucrativos, concorrendo para a formação do dano.

A escola, responde de forma objetiva e solidaria com o terceiro, a professora, pois, na interpretação dos dispositivos do CDC e do acórdão citado, a escola esta inserida em todos os fatos que ocorrem dentro de seu estabelecimento, não sendo o fato que gerou o dano, exclusivo da professora. A prestação do serviço se dá por toda a instituição, por todos os seus

<sup>91</sup> STJ, Quarta Turma, *REsp 297007/RJ*, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, julgado em 14/08/2001, DJ 18/03/2002.

setores de forma conjunta, se um deles praticar um ato que acabe por provocar um dano, o serviço como um todo, é considerado defeituoso, sendo responsabilizado, de forma solidária, com o agente diretamente envolvido com o fato (a professora).<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Pelo CC/02, a instituição de ensino também responderia pelo fato exclusivo da professora que gerou o dano, com base no art. 932, inciso III, o qual prevê que responde também pela reparação civil: “o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele”.

### 3 ANÁLISE PRÁTICA E ESPECÍFICA

#### 3.1 Responsabilidade das instituições de ensino médio e fundamental

Do ponto de vista prático, aparentemente parece não haver qualquer incompatibilidade entre a responsabilidade disposta no Código Civil de 2002 e o Código de Defesa do Consumidor para as instituições educacionais de ensino médio e fundamental, respondendo em ambas as legislações, de maneira objetiva, independentemente da culpa.<sup>93</sup>

De acordo com Roberto Senise Lisboa, a responsabilidade civil da instituição de ensino que for estudada pela ótica e com base nos artigos do Código Civil de 2002, adota a culpa *in vigilando* durante a estada do aluno (absoluta ou relativamente incapaz) nos seus estabelecimentos, ainda que não existindo culpa desta instituição de ensino, uma vez que “[...] a norma mantida pelo novo Código não deve subsistir sob a ótica subjetivista.”<sup>94</sup>

Entretanto, a responsabilidade civil destas instituições observada pelos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor que tratam a matéria, seria fundada na teoria do risco da atividade, uma vez que esta visa o lucro do fornecedor (instituição educacional) e assume o risco gerado para os consumidores (alunos).<sup>95</sup>

Concluindo, poder-se-ia propor da seguinte maneira a responsabilidade dessas instituições: responde pelos danos causados dentro do seu estabelecimento porque tem o dever de vigiar e zelar pelo bem estar dos menores enquanto sob sua guarda, cuidando e evitando para que estes não sofram qualquer mal ou dano durante a estada destes em seu estabelecimento. Além disso, respondem com base no art. 932, IV, c/c com o art. 933, ambos do Código Civil de 2002, de forma objetiva pelas condutas dos menores que acabem por gerar dano ou a terceiros ou a outros incapazes que também estejam sob seu poder de vigia. Desse modo, de acordo com o Código Civil, as condutas de bullying ocorridas entre seus alunos ou

---

<sup>93</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p.159.

<sup>94</sup> LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*. 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 248.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p. 248.

envolvendo funcionários próprios com alunos, acarretaria responsabilidade objetiva da mesma pelos danos causados aos seus estudantes.

Em outra fundamentação, o Código de Defesa do Consumidor determina a responsabilidade objetiva desses estabelecimentos educacionais com base na teoria do risco da atividade, já que assumem os riscos derivados da exploração da atividade educacional, devendo suportar a responsabilidade pela exposição dos seus consumidores aos mesmos, para obter lucro. Seriam responsáveis pela prestação de serviços educacionais de forma defeituosa, quando o que se poderia esperar de sua execução, a segurança física e mental de seus estudantes, não é realizada.

Em ambos os códigos, a espécie de responsabilidade a que se submetem é a da teoria da responsabilidade objetiva para a formação do dever de indenizar. Conforme expressa Carlos Roberto Gonçalves:

No caso dos educadores não há incompatibilidade entre o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor a respeito dos prestadores de serviço em geral e o novo Código Civil, pois ambos acolheram a responsabilidade objetiva, independentemente de culpa.<sup>96</sup>

Conforme o CNJ – Conselho Nacional de Justiça, em cartilha recentemente lançada, as instituições de ensino possuem papel fundamental no combate ao bullying, podendo ser responsabilizadas pela sua inércia:

A escola é corresponsável nos casos de bullying, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes. A direção da escola (como autoridade máxima da instituição) deve acionar os pais, os Conselhos Tutelares, os órgãos de proteção à criança e ao adolescente etc. Caso não o faça poderá ser responsabilizada por omissão. Em situações que envolvam atos infracionais (ou ilícitos) a escola também tem o dever de fazer a ocorrência policial. Dessa forma, os fatos podem ser devidamente apurados pelas autoridades competentes e os culpados responsabilizados. Tais procedimentos evitam a impunidade e inibem o crescimento da violência e da criminalidade infanto juvenil.<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p.159

<sup>97</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying*: cartilha 2010 – justiça nas escolas. 1 ed. CNJ. Brasília, 2010, p. 12.

Percebe-se que a preocupação do CNJ não se limita as medidas tomadas pelas escolas para evitar a prática do bullying ou as restrições punitivas aplicadas aos agressores, a preocupação principal foi de impor o dever dos diretores de levar ao conhecimento das autoridades competentes (conselhos tutelares, por exemplo) as práticas e agressões de bullying entre alunos que ocorrerem dentro de suas dependências.

### *3.1.1 Discernimento dos menores de idade quanto ao dano moral*

Em determinadas situações, ao aplicar os dispositivos legais, depara-se com a incapacidade relativa ou absoluta de uma ou mais partes da relação jurídica. O que gera certa insegurança quanto à aplicação da norma e sobre o entendimento doutrinário, relativo à interpretação da redação da norma que deve ser adotada.

Como a maioria dos casos de bullying ocorre com estudantes menores de 18 anos que se encontram no ensino fundamental ou médio, por isso relativa<sup>98</sup> ou absolutamente<sup>99</sup> incapazes (conforme arts. 3º, inciso I e 4º, inciso I do CC/02), a aplicação do sistema legal ao caso se torna mais complexo, uma vez que esses indivíduos deverão observar alguns requisitos para a realização dos atos civis.

Iniciando a análise sobre essas peculiaridades, é preciso definir se uma pessoa que não é plenamente capaz para os atos da vida civil, pois a princípio não possui o discernimento necessário das suas atitudes e as conseqüências que estas podem produzir, poderia ser vítima de um ato ilícito que venha a lhe gerar danos na esfera moral. É extremamente viável o questionamento, uma vez que se um menor não possui consciência das suas próprias ações e direitos e dos fatos jurídicos de forma geral, não teria também essa capacidade para entender a ofensa causada a sua honra, moral ou imagem.

---

<sup>98</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 4º: “São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos [...]”.

<sup>99</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 3º: “São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos [...]”.

Não se debate, nessa questão, o dever de reparar pela ofensa proferida por um incapaz, pois como já tratado anteriormente, haverá responsáveis pelas atitudes e danos que estes causarem.

A doutrina majoritária defende haver o dever de reparação mesmo quando a ofensa for dirigida a um menor de idade, portanto, não plenamente capaz. Carlos Roberto Gonçalves exprime tal entendimento alegando que:

[...] dano moral se configura pela simples ofensa aos direitos da personalidade, não se podendo negar que também os absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil, enquanto possuírem, como pessoas, capacidade de direito ou de gozo, são titulares dos mencionados direitos, assegurados constitucionalmente.<sup>100</sup>

Em recente acórdão do Superior Tribunal de Justiça tal questionamento se fez presente, sendo que, nos autos, um absolutamente incapaz pleiteava indenização moral pelo abalo psicológico sofrido em decorrência da recusa de uma clínica e a ineficiência do plano de saúde em lhe realizar exames. Tal julgamento se destaca pela argumentação oferecida para fundamentar a decisão daquela corte.

As crianças, mesmo da mais tenra idade, fazem jus à proteção irrestrita dos direitos da personalidade, entre os quais se inclui o direito à integridade mental, assegurada a indenização pelo dano moral decorrente de sua violação, nos termos dos arts. 5º, X, in fine, da CF e 12, caput, do CC/02.

Mesmo quando o prejuízo impingido ao menor decorre de uma relação de consumo, o CDC, em seu art. 6º, VI, assegura a efetiva reparação do dano, sem fazer qualquer distinção quanto à condição do consumidor, notadamente sua idade. Ao contrário, o art. 7º da Lei nº 8.078/90 fixa o chamado diálogo de fontes, segundo o qual sempre que uma lei garantir algum direito para o consumidor, ela poderá se somar ao microssistema do CDC, incorporando-se na tutela especial e tendo a mesma preferência no trato da relação de consumo.

Ainda que tenha uma percepção diferente do mundo e uma maneira peculiar de se expressar, a criança não permanece alheia à realidade que a cerca, estando igualmente sujeita a sentimentos como o medo, a aflição e a angústia.<sup>101</sup>

<sup>100</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. Saraiva. São Paulo. 2003, p. 544.

<sup>101</sup> STJ, Terceira Turma, *REsp. 1037759/RJ*, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 23/02/2010, DJe 05/03/2010.

Percebe-se na decisão, a utilização de mais de uma fonte de direito, com a utilização da carta magna, do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil de 2002, uma combinação entre dispositivos de modo a adequá-los à situação jurídica apresentada. Fundamentando no art. 3º da Lei 8.069/90 (ECA)<sup>102</sup>, a Min. Nancy Andrighi argumenta que: os menores gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, uma vez que em se tratando de direitos fundamentais a capacidade dos menores de idade seria plena.

Portanto, seguindo o recente entendimento do STJ, com base na dignidade da pessoa humana, na inviolabilidade dos direitos inerentes à personalidade (intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas), previstos na Constituição Federal, em combinação com o direito de reparação prevista no art. 6º do CDC, sem que o mesmo especifique limites de idade das partes interessadas, além do art. 2º do CC/02, que estabelece que os direitos da personalidade manifestam-se desde o nascimento, é translúcido o direito dos relativa ou absolutamente incapazes de pleitearem indenização pelos danos suportados na esfera extrapatrimonial.

Tal fundamentação é definitivamente passível de aplicação em outras tantas decisões em que seja levantada a dúvida sobre o direito dos incapazes (de modo geral) à indenização pelos danos extrapatrimoniais sofridos.

Ressalta-se que, apesar de existir o direito à reparação aos danos morais de vítimas menores de idade, a aplicação dos dispositivos bem como a quantificação dos valores dependerão de uma análise individual de cada caso, pois assim como os plenamente capazes, as crianças e adolescentes possuem, cada um, o seu modo de reagir e sentir determinada

---

<sup>102</sup> BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Art. 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”



ofensa. Devendo-se analisar em conjunto, “não só as características pessoais da vítima, como também a espécie de lesão”.<sup>103</sup>

### 3.1.2 Prescrição do direito de indenização

Quando as vítimas de bullying são menores de idade existe uma situação jurídica especial, pois por não possuírem capacidade civil plena, não podem realizar todos os atos da vida civil, dentre os quais o de ser parte legítima em uma ação judicial sem representação ou assistência, salvo exceções.

Portanto, na hipótese de seus representantes legais de alguma forma preferirem não pleitear em juízo a reparação dos danos sofridos por esses menores (ex.: pais que entendem que seria expor ainda mais o filho ao entrar com uma ação na justiça) os mesmos se encontraram praticamente impedidos de exercer tal direito, uma vez que, em sua maioria, não tem discernimento para alcançar outras formas e possibilidades.

Além disso, encontra-se grande parte dos casos em que as vítimas de bullying não comentam o assunto, se fecham e deixam seus pais e representantes na ignorância sobre as agressões sofridas e, não tomam assim, qualquer providência judicial.

As vítimas de bullying se tornam reféns do jogo do poder instituído pelos agressores. Raramente elas pedem ajuda às autoridades escolares ou aos pais. Agem assim, dominadas pela falsa crença de que essa postura é capaz de evitar possíveis retaliações dos agressores e por acreditarem que, ao sofrerem sozinhos e calados, pouparão seus pais da decepção de ter um filho frágil, covarde e não popular na escola.<sup>104</sup>

Sendo assim, esses menores de um modo ou de outro, não podem exercer seu direito e requerer uma reparação, por parte de seus agressores, dos danos suportados por essas vítimas. Ocorre que essa impossibilidade, impedimento ou dificuldade, legalmente desaparecem

---

<sup>103</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. Saraiva. São Paulo. 2003, p. 545.

<sup>104</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying*: cartilha 2010 – justiça nas escolas. 1 ed. CNJ. Brasília, 2010, p. 12.

quando esses completam os 18 (dezoito) anos de idade<sup>105</sup>, atingindo a maioridade e se tornando absolutamente capazes para a prática dos atos da vida civil.

Porém, conforme a redação do art. 189 do Código Civil de 2002 “violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição [...]”, ou seja, é necessário o estudo sobre a prescrição dessa responsabilidade e como ela ocorre nos casos dos menores de idade.

De acordo com Vilson Rodrigues Alves e a doutrina majoritária:

[...] a prescrição é exceção de direito material. Uma vez que o exercício extrajudicial ou judicial da pretensão e da ação se submete a prazo, limita-se por ele, de tal modo que, extinto o prazo, fica encoberta ou encobível a eficácia da pretensão.<sup>106</sup>

Dispõe o art. 206, §3º, inciso V do Código Civil que prescreve em três anos a pretensão de reparação civil. A pretensão ao direito de indenização dos menores de idade que sofressem bullying está limitada ao prazo de 3 anos para que a parte legítima, no caso a vítima, venha a exercer seu direito requerendo a devida indenização. Mas é importante ressaltar que contra os menores impúberes não corre a prescrição, conforme a redação do art. 198, inciso I do Código Civil.<sup>107</sup>

É importante destacar que não se inicia a contagem do prazo prescricional somente contra os absolutamente incapazes, previstos no art. 3º do CC/02, nesse caso em particular, contra os menores de 16 anos, que ao completarem essa idade, darão início à contagem. Portanto, os atos de bullying praticados contra os menores impúberes só terão suas pretensões prescritas 3 (três) anos após completarem 16 anos, ou seja, aos 19 anos de idade, preservando-

---

<sup>105</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 5º, *caput*: “A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.”

<sup>106</sup> ALVES, Vilson Rodrigues. *Da prescrição e da decadência no Código Civil de 2002*. 4 ed. Campinas: Servanda Editora, 2008, p. 103.

<sup>107</sup> BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil de 2002. Art. 198, inciso I: “Também não corre a prescrição: I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;”

se o direito desses menores, no futuro, pretenderem receber a devida reparação dos danos por eles suportados.

Ressalva com os jovens menores de 18 anos e maiores de 16 anos, relativamente incapazes, pois contra estes os prazos prescricionais correram normalmente podendo a vítima ter mais de 19 anos quando pleitear tal reparação de danos.

### **3.2 Responsabilidade das instituições de ensino superior**

O bullying, como mencionado, está presente em todos os segmentos da sociedade, bem como em todos os países do mundo, sendo perceptível no trabalho, nas escolas e nas faculdades. Sendo assim, os atos de bullying geram, em regra, dever de reparação do prejuízo sofrido pelas vítimas, entretanto, indaga-se se tal responsabilidade poderia ser atribuída a essas entidades de ensino superior, de forma solidária ou até integral.

Volta-se então às duas fundamentações utilizadas na defesa da responsabilidade das instituições de ensino pelos atos de bullying. Nos estudos com base nos artigos do Código Civil, depara-se com a possível irresponsabilidade dessas instituições educacionais pelos danos causados pelos seus estudantes a outros estudantes ou terceiros, dentro de seus estabelecimentos.

Partindo do pressuposto que a responsabilidade defendida no Código Civil de 2002 tem por base o dever de vigilância que as instituições de ensino possuem sobre os menores de idade, ou seja, devendo zelar pelo seu bem estar e evitar não só que ocorram danos a esses, mas intervir para que eles não cometam atos que produzam danos a outros, inexistiria a responsabilidade de indenizar pelos atos ilícitos exercidos pelos estudantes maiores de idade, pois não haveria relação ou dever de vigilância.

Sendo maior de idade e capaz para os atos da vida jurídica, o estudante-agressor (que comete atos de bullying contra os demais) responde pessoal e individualmente pelas suas atitudes, não tendo a faculdade ou universidade, a princípio, qualquer dever de controle ou

vigia sobre o mesmo<sup>108</sup>. Não sendo responsável pelos atos danosos que o estudante cometa.

Como expressa Carlos Roberto Gonçalves:

[...] a presunção de responsabilidade fundada na culpa *in vigilando* não alcançará o professor universitário, porque ele não tem o dever de vigilância sobre os estudantes que, por serem maiores, não precisam ser vigiados, sendo senhores de seus atos e de seus direitos, tendo plena responsabilidade pelo que fizerem. Logo, não se poderá presumir responsabilidade do professor de ensino superior nem mesmo por acidente ocorrido durante trabalho por ele presidido.<sup>109</sup>

Ainda, sob a ótica do CC/02, apesar de ser passível a defesa de que ainda permanece o dever de guarda, ou seja, de zelar pelo bem-estar e integridade de seus alunos, seria inviável ao sistema jurídico presumir a culpa e conseqüentemente a responsabilidade direta dos estabelecimentos de ensino superior a toda e qualquer agressão que ocorra dentro dos seus recintos contra seus estudantes.

Entretanto, se analisarmos a defesa da responsabilidade das instituições educacionais com uma fundamentação diversa, baseada na redação pura do art. 932, IV, do CC/02, seria possível entender que os estabelecimentos de ensino, sejam de nível superior ou médio e fundamental, uma vez que o artigo não especifica idade ou capacidade dos educandos, seriam responsáveis pelos atos de seus estudantes.

Doutrinadores como Carlos Roberto Gonçalves, acima citado, não concordam com essa responsabilidade, defendendo a responsabilidade do aluno-agressor pelos atos e afastando o presumido dever de indenizar da instituição de ensino de nível superior.<sup>110</sup> Do mesmo modo, o referido inciso, não trata sobre a abrangência territorial da responsabilidade, e se seguirmos estritamente a norma, poderíamos responsabilizar os educadores (bem como hoteleiros) por atos cometidos por seus educandos quando estes já se encontrassem em suas respectivas residências, fora de qualquer controle, vigia ou guarda da instituição educacional.

---

<sup>108</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. Saraiva. São Paulo. 2003, p. 162.

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> Ibidem.

Não se trata aqui de irresponsabilidade das instituições de ensino, mas sim, na existência de uma responsabilidade subjetiva, com a análise de culpa da instituição para a estipulação de um eventual dever de indenizar.

Porém, o estudo sobre a responsabilidade das instituições de ensino superior também pode ser fundamentada utilizando-se a legislação do Código de Defesa do Consumidor, baseada no risco da atividade exercida. Nesses casos, a aplicação da teoria do risco da atividade pode gerar uma interpretação favorável à aplicação da responsabilidade objetiva das faculdades, uma vez que o prestador de serviços educacionais ao receber lucro, ou seja, obtendo proveitos derivados da atividade, expondo a sociedade e os consumidores a um risco, deve ser responsável pelos danos e prejuízos que o desenvolvimento de tal atividade venha a provocar.<sup>111</sup>

Pelo CDC, os estudantes de nível superior, bem como os de ensino fundamental e médio, são espécies de consumidores, possuindo o direito de reparação pelos danos suportados, independentemente da idade ou de qualquer dever de vigilância das instituições sobre estes estudantes, pois a responsabilidade civil objetiva é aplicada com base na relação de consumo existente entre as partes, sendo assim aplicável também as instituições de ensino superior.

Tal posicionamento encontra amparo no Superior Tribunal de Justiça que entende que a segurança é um dever inerente à atividade comercial exercida, ou seja, a relação jurídica de consumo entre o estabelecimento comercial e seus consumidores gera o dever de reparação pelo fornecedor com base na teoria do risco da atividade, afastando a aplicação, nesse caso concreto, das excludentes de força maior e caso fortuito:

Na esteira do entendimento mantido por esta Corte, a responsabilidade civil do shopping center no caso de danos causados à integridade física dos consumidores ou aos seus bens não pode ser afastada sob a alegação de caso

---

<sup>111</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*: revisado de acordo com o novo Código Civil (lei n. 10.406, de 10-1-2002). 8 ed. Saraiva. São Paulo. 2003, p. 22.

fortuito ou força maior, pois a prestação de segurança devida por este tipo de estabelecimento é inerente à atividade comercial exercida por ele.<sup>112</sup>

Em outra decisão do STJ sobre a responsabilidade civil de estabelecimentos comerciais, e fornecedores de modo geral, em processo no qual pleiteiam indenização os filhos de uma vítima de assalto que ocorreu no interior do estacionamento do estabelecimento comercial (hipermercado). Destaca-se o trecho abaixo:

[...] os serviços de segurança foram mal prestados, restando caracterizados o vício de qualidade do serviço por insegurança, a culpa na vigilância e a culpa na eleição dos vigias, bem como a existência de responsabilidade objetiva, derivada do risco (e periculosidade) inerente que o serviço de estacionamento prestado pelo hipermercado causa à integridade física dos consumidores que dele se utilizam (fato do serviço, CDC, art. 14) e que nele nutrem legítima expectativa de segurança.<sup>113</sup>

Entretanto, apesar da jurisprudência parecer clara quanto ao dever de indenizar com base no CDC, recente acórdão do Superior Tribunal de Justiça pode ensejar uma discussão mais aprofundada sobre a questão. No REsp 1164889/SP que trata da responsabilidade do Shopping Morumbi em relação aos danos suportados pelos pais de um estudante morto em uma sala de cinema quando um jovem armado entrou durante sessão com uma metralhadora e atirou em sete pessoas. Os pais da vítima defendem a responsabilidade objetiva do shopping com base no Código de Defesa do Consumidor e no risco da atividade exercida.

Ocorre que a corte inovou em seu acórdão, adotando um entendimento diverso e isentando o shopping do dever de reparar tais prejuízos uma vez que, no Brasil, inexistente norma ou regulamento que imponha a esses estabelecimentos comerciais a obrigação de fiscalizar a entrada de consumidores e visitantes, bem como de seus pertences.<sup>114</sup>

O crime ocorrido choca e causa espanto, pois todos nós acreditamos que esse tipo de situação não aconteceria dentro de um shopping center, estando, portanto, fora do risco inerente à atividade empresarial exercida pelo recorrente (o Morumbi Shopping). Não se ignora aqui a dor das famílias que

---

<sup>112</sup> STJ, Terceira Turma, *AgRg no Ag 1113293/MG*, Rel. Min. Paulo Furtado, julgado em 03/09/2009, DJe 28/09/2009.

<sup>113</sup> STJ, Terceira Turma, *EDcl no AgRg no Ag 755.261/RJ*, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/10/2006, DJ 06/11/2006.

<sup>114</sup> STJ, Quarta Turma, *REsp 1164889/SP*, Rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro, julgado em 19/11/2010.

perderam seus entes queridos de forma tão selvagem. Porém, não se pode perder de vista que o mesmo crime poderia ter sido cometido no saguão de um aeroporto, por exemplo, onde qualquer pessoa pode chegar com uma arma dentro da mochila, sem ser notado, começar a disparar a esmo e causar a morte de várias pessoas, exatamente como fez Matheus, até que a segurança chegue e controle a situação", afirmou o desembargador [...].<sup>115</sup>

O voto do relator fundamenta que apesar de ser aplicável o Código de Defesa do Consumidor à situação fática em questão, o shopping não seria responsável por se tratar de culpa exclusiva de terceiro, rompendo o nexo de causalidade. A decisão ainda é recente, já sofreu embargos de declaração e pode sofrer embargos de divergência, mas abre uma discussão sobre a aplicação da responsabilidade objetiva nas relações de consumo e sobre a conceituação e abrangência do risco da atividade, excluindo em muitos casos, a responsabilidade dos fornecedores em relação a danos sofridos por seus consumidores quando se entende que tal dano, não estava incluso no risco próprio e inerente à atividade exercida.

Com base na decisão, é possível alegar a inexistência de responsabilidade das instituições de ensino superior pelas agressões realizadas entre seus alunos, incluindo os atos de bullying, por não se tratar de um risco da atividade de ensino com estudantes plenamente capazes e responsáveis pelas suas próprias atitudes. Poder-se-ia argumentar que não sendo um risco próprio da atividade, as faculdades e universidades estariam afastadas do dever de indenizar nessas situações. Obviamente, seria necessária uma profunda discussão sobre quais os riscos que a prestação de serviços educacionais pode gerar, entretanto, abre-se o precedente para tal argumentação de exclusão do dever de indenizar no judiciário.

Diante os argumentos, percebe-se a instabilidade quanto a responsabilidade das faculdades e universidades pelos atos de bullying. Tanto no Código Civil de 2002, de acordo com os artigos, fundamentos e doutrina utilizados, não existindo tal dever de indenizar com base na culpa *in vigilando*, mas permitido com base na redação do art. 932, inciso III do CC/02, genérico quanto à imposição da responsabilidade dos educadores pelos educandos.

---

<sup>115</sup> STJ, Quarta Turma, *REsp 1164889/SP*, Rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro, julgado em 19/11/2010.

A mesma instabilidade pode ocorrer na argumentação com base no Código de Defesa do Consumidor, em face do REsp 1164889/SP, acima citado, sobre o atirador no shopping Morumbi. Excetuando-se essa decisão, o resto da jurisprudência é clara em apoiar a responsabilidade objetiva nas relações de consumo entre estudantes e faculdades.

### 3.3 O trote universitário

O trote ocupa grande parte das manchetes referentes a faculdades e universidades em todo o país. Conceituado pelo Dicionário Aurélio como “zombaria a que os veteranos das escolas sujeitam os calouros”<sup>116</sup>, é considerado, hoje, uma tradição brasileira, como um rito de passagem e celebração pela vitória no vestibular; um conjunto de atividades leves ou graves, brincadeiras ou agressões, respectivamente.<sup>117</sup> Entretanto, cada vez mais, são denunciados os abusos e violências cometidos contra calouros nessas comemorações, incluindo casos de morte de estudantes<sup>118</sup>. Analisa-se, então, a possibilidade de se entender como bullying as agressões e violências realizadas nessas celebrações.

Percebe-se que existem elementos compatíveis entre as agressões do trote e os requisitos para a configuração do bullying estipulados pelo Projeto de Lei, nº 350 de 2007<sup>119</sup>, como a presença do agente agressor e da vítima e a relação de hierarquia entre ambas, possuindo os alunos veteranos superioridade sobre os demais estudantes, calouros, vítimas das violências realizadas por todo um grupo. Estão presentes o desequilíbrio de poder e a imensa dificuldade que as vítimas encontram em reagir, seja por medo de receber mais agressões das mesmas e estas se perpetuarem durante toda a faculdade ou por medo de ser excluído do

<sup>116</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed., 33ª impressão, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>117</sup> PLANETA EDUCAÇÃO. *Trote universitário: quando a zombaria vira caso de polícia*. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1430>. Acesso em: 19 outubro 2010.

<sup>118</sup> G1. *Calouro é agredido e vai parar no hospital no 1º dia de aula na ESPM em SP*. 02 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1473897-5605,00-CALOURO+E+AGREDIDO+E+VAI+PARAR+NO+HOSPITAL+NO+DIA+DE+AULA+NA+ESPM+EM+SP.html>. Acesso em: 19 outubro 2010.

<sup>119</sup> BRASIL. Assembléia Legislativa de São Paulo. *Projeto de Lei nº 350, de 2007*. Disponível em: [http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto\\_de\\_lei350.pdf](http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto_de_lei350.pdf). Acesso em: 20 julho 2010.



grupo.

A violência física e psicológica intencionais também está presente em ambas as situações, com a comum imposição de ingerir bebida alcoólica; xingamentos e apelidos; exigência de dinheiro para devolver bens; jogar lama ou outras substâncias para sujar e humilhar os estudantes novatos. Observa-se aqui que essas agressões, como já mencionadas, não são somente físicas, afetam o psicológico dos estudantes, ferindo a imagem, a honra, a auto-confiança dos calouros, subordinando-os a situações constrangedoras e que podem ser extremamente traumáticas, com consequências permanentes em alguns casos.

O objetivo dessas agressões, tanto no bullying como no trote, é intimidar, humilhar e subjugar as vítimas em geral, estabelecendo a desigualdade hierárquica e impondo limites e obrigações às vítimas, como o que podem ou não fazer e o que são obrigadas a realizar, na maior parte das vezes, em benefício de seus agressores. Mais comum no trote, as agressões podem também não ter outro objetivo que se não a própria agressão, violência por violência somente, sem a finalidade específica ou benefício a alguma das partes.

Aparentemente similar também é a falta de motivação evidente para tais agressões. Na maioria dos casos de bullying, as vítimas são escolhidas por destoarem do senso comum de normal ou padrão daquele local (gordos, magros demais, baixos, altos, negros, orientais, homossexuais...), entretanto, não existe motivação para que essas pessoas sejam agredidas; nenhuma delas provocou tal agressão e nem mesmo existe qualquer justificativa para que, por serem diferentes, devessem sofrer qualquer tipo de violência. No trote, o princípio é o mesmo. Não existe qualquer motivação além dos calouros se encontrarem na posição de novatos, de terem ingressado na universidade, não havendo qualquer outra fundamentação para que sejam vítimas das violências e agressões decorrentes do trote.

Até então poder-se-ia concluir que trote e bullying são sinônimos, se não que aquele é uma espécie deste, específica nos casos de estudantes de nível superior. Porém, a questão fica

controversa quando analisado o requisito da repetição das agressões. Como já mencionado, para configuração do bullying, é preciso que o comportamento agressivo ocorra de forma repetitiva.<sup>120</sup>

Relembrando a discussão do capítulo um, existe certa discricionariedade do julgador ao conceito e abrangência da repetição das agressões. De acordo com o pesquisador Dan Olweus, serão consideradas repetitivos os ataques deferidos contra a mesma vítima, duas ou mais vezes ao longo de um mesmo ano.<sup>121</sup>

Existe então visível diferença entre as duas agressões, quando o trote não preenche o requisito da repetitividade das agressões, obrigatório para a constituição do bullying. Para Ana Beatriz Barbosa Silva “o trote, em si, não é considerado bullying escolar, por ser um ato isolado. No entanto, pode originar essa prática quando as ações inadequadas persistem”.<sup>122</sup>

Entretanto, apesar das agressões do trote a princípio não representarem espécies de bullying, poderão ser o seu fato gerador, com a perpetuação dos apelidos, humilhações e submissão, do estudante mais novo, iniciadas dentro das atividades do trote. Mas Ana Beatriz Barbosa Silva faz uma ressalva:

[...] dependendo da gravidade e do potencial hostil dessas ações, uma única atitude pode gerar vivências emocionais extremamente desagradáveis e aversivas em suas vítimas. Se analisarmos por essa ótica, um trote universitário é capaz de apresentar, por si só, o mesmo efeito devastador que um bullying realizado ao longo de um determinado período de tempo.<sup>123</sup>

Tanto o trote quanto o bullying podem então causar graves danos físicos e psicológicos, muitas vezes permanentes, mas se tratam de agressões distintas que devem ser observadas de modo independente. Obviamente, as duas geram o dever de indenizar de seus agressores,

---

<sup>120</sup> SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1 ed. Rio de Janeiro. Objetiva. 2010, p. 151.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>123</sup> Ibidem, p. 151.

observando-se a responsabilidade das instituições de ensino superior de modo diferenciado e exclusivo a cada uma dessas espécies de violência.

## **CONCLUSÃO**

Após os estudos realizados constatou-se a potencialidade dos danos que as vítimas de práticas de bullying podem sofrer, abrangendo tanto danos físicos e materiais, como a diminuição do rendimento escolar, perda de bens mediante agressão ou intimidação, lesões corporais e em casos mais graves, a morte da vítima. Além disso, e principalmente, também se incluem os danos morais e psicológicos, como o abalo da imagem e honra da vítima, depressão, diversas espécies de fobias e distúrbios alimentares, como a bulimia e a anorexia, além de outros problemas que afetam a integridade psíquica das vítimas, podendo contribuir para o suicídio dos agredidos.

Com os esclarecimentos e a conclusão sobre os danos que as agressões de bullying podem provocar, iniciaram-se estudos sobre a responsabilidade objetiva e os requisitos para a sua configuração, como a conduta do agente, incluindo a omissão de um dever legal/contratual de agir e o nexo de causalidade entre o dano suportado pelos agredidos e a conduta dos agentes agressores, excluído o elemento da culpa.

Na análise dos dispositivos do Código Civil de 2002 que tratam da responsabilidade das instituições de ensino, no caso de absoluta ou relativamente incapazes, encontramos na redação do art. 932, IV c/c o art. 933 a aplicação da responsabilidade civil objetiva, ou seja, independente da culpa, aos educadores pelos atos praticados por seus educandos, seja contra terceiros, funcionários da instituição ou contra outros educandos. Além disso, há a responsabilidade das instituições de ensino com base no dever de vigiar e zelar pelos seus alunos enquanto esses estiverem sob a sua guarda, dentro de seus estabelecimentos, respondendo pelos atos dos que não possuem pleno discernimento sobre os atos da vida civil,

bem como pela integridade física e psicológica desses que não possuem, a princípio, condições de se defender.

Porém, nos casos das instituições educacionais de graduação (ensino superior), a fundamentação para a responsabilidade dessas não pode ser conforme a redação do art. 932, uma vez que os estudantes são, em maioria, maiores de idade e plenamente capazes para os atos da vida civil e para responderem pelas consequências de suas ações, não havendo dever de vigilância da instituição de ensino sobre as ações de seus alunos. Uma vez que esses completam a maioridade, as faculdades não teriam mais o dever de indenizar os danos provocados por seus estudantes (ressalva para quando as agressões forem deferidas por funcionários da própria instituição), pois seria um caso de excludente de responsabilidade, tendo em vista ser ato de terceiro que provocou o dano, não havendo nexo de causalidade entre a conduta do estabelecimento educacional e os danos suportados pelas vítimas.

Outra fundamentação que pode ser adotada é a do Código de Defesa do Consumidor, baseada no art. 6º, I e IV c/c art. 14, tratando o primeiro sobre o direito do consumidor à proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de serviços, bem como o direito à reparação de danos patrimoniais e morais. Já o art. 14 trata da responsabilidade do fornecedor/prestador de serviços no caso de defeitos inerentes aos serviços prestados aos consumidores, considerando-se o serviço defeituoso aquele que não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar. Sendo assim, entende-se que as instituições de ensino responderão de forma objetiva pelos danos sofridos por seus consumidores, decorrentes de serviços educacionais prestados de forma defeituosa, com base no risco da atividade exercida. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor pode ser adotada tanto nos casos de bullying que ocorram dentro dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, bem como os de ensino superior, pois não há distinção de espécies de consumidores pela idade que esses possuem, conforme o art. 2º do CDC.

Quanto à questão da prescrição da pretensão de receber uma indenização de seus agressores pelos danos suportados, no caso dos menores impúberes, ou seja, antes de completarem os 16 anos de idade, não correrá o prazo para a consumação da prescrição. Entretanto, para os relativamente incapazes, maiores de 16 anos e menores de 18 anos, não existe previsão legal que impeça a prescrição de se consumir. Ressaltando que de acordo com o art. 206, §3º, inciso V do Código Civil, o prazo será de 3 anos para que ocorra a prescrição da pretensão da reparação civil.

Como último tema tratado, conclui-se que o trote universitário, apesar de ser uma agressão que possui diversos elementos presentes no bullying e que pode ser o fato originador do bullying, não pode ser entendido como bullying por lhe faltar o requisito essencial da repetitividade, pois as agressões de bullying não se repetem no decorrer do ano, se limitando, normalmente, a uma única data.

A pesquisa, por fim, demonstrou que as instituições de ensino responderão sempre de forma objetiva pelas práticas de bullying que ocorram dentro dos seus estabelecimentos, uma vez que não existe restrição à aplicação do CDC às relações de consumo existentes entre as escolas e os alunos, mas que caso a responsabilidade seja observada pela ótica do CC/02, somente se aplicará a responsabilidade objetiva quando se tratar de agressões cometidas por menores de idade, uma vez que os agressores com capacidade civil plena podem responder por seus próprios atos (atos de terceiro), excluindo o nexo de causalidade entre os danos e a conduta das instituições de ensino, afastando, então, a responsabilidade da mesma.

## REFERÊNCIAS

ABRAPIA, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência. *Programas de redução do comportamento agressivo entre estudantes*. Disponível em: <<http://www.bullying.com.br/>>. Acesso em: 02 maio 2010.

ALMEIDA, Sidneia Barbosa de. CARDOSO, Luciana Roberta Donola. COSTAC, Vania Vieira – Bullying: conhecimento e prática pedagógica no ambiente escolar. *Psicologia Argumento*, Curitiba : Champagnat, v. 27, n. 58, p. 201-206, jul./ set. 2009.

ALONSO, Paulo Sérgio Gomes. *Pressupostos da responsabilidade civil objetiva*. São Paulo: Saraiva, 2000.

ALVES, Vilson Rodrigues. *Da prescrição e da decadência no Código Civil de 2002*. 4. ed. Campinas/SP: Servanda Editora, 2008.

ANTUNES, Deborah Christina & ZUIN, Antônio Álvaro Soares. *Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100004&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822008000100004&script=sci_arttext&tlng=es)>. Acesso em: 23 agosto 2010.

BRASIL. Assembléia Legislativa de São Paulo. *Projeto de Lei nº 350, de 2007*. Disponível em: <[http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto\\_de\\_lei350.pdf](http://www.bullying.pro.br/pdf/projeto_de_lei350.pdf)>. Acesso em: 20 julho 2010.

CALHAU, Lelio Braga. Bullying, criminologia e a contribuição de Albert Bandura. *Revista de estudos criminais*, Porto Alegre, v. 9, n. 34, p. 13-26, jul./ set. 2009 Comportamentos e percepções. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v10n1/v10n1a01.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2010.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 3ed. Malheiros Editorias, 2002.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*: 11ª ed. revista, atualizada de acordo com o Código Civil de 2002, e aumentada por Rui Berford Dias. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ESTADÃO. *Escola é dominada por preconceitos, revela pesquisa*. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not\\_imp389064,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090618/not_imp389064,0.php)>. Acesso em: 28 agosto 2010.

FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed., 33ª impressão Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FOLHA ONLINE. *Segundo a polícia, atirador de Taiúva escolheu alvos*. 29 Rio de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u67698.shtml>>. Acesso em: 2 maio 2010.

G1. *Calouro é agredido e vai parar no hospital no 1º dia de aula na ESPM em SP*. 02 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL1473897-5605,00-CALOURO+E+AGREDIDO+E+VAI+PARAR+NO+HOSPITAL+NO+DIA+DE+AULA+N+A+ESPM+EM+SP.html>>. Acesso em: 19 outubro 2010.

G1. *Escola advertiu alunos por 'brincadeira' que causou morte de rapaz*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL744147-5606,00-ESCOLA+ADVERTIU+ALUNOS+POR+BRINCADEIRA+QUE+CAUSOU+MORTE+DE+RAPAZ.html>>. Acesso em: 5 maio 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil, volume III: responsabilidade civil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil: revisado de acordo com o novo Código Civil*. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GUIMARÃES ROSA, Janaína. *Violência escolar e o fenômeno 'bullying'*. A responsabilidade social diante do comportamento agressivo entre estudantes . *Revista Jus Vigilantibus*, 24 de julho de 2009. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/41126>>. Acesso em: 20 março 2010.

JORNAL HOJE. *Crime bárbaro*. 2003. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1138809-16022,00-CRIME+BARBARO.html>>. Acesso em: 2 maio 2010.

LISBOA, Roberto Senise. *Manual elementar de direito civil*. 2ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

LOPES NETO, Aramis A. *Bullying: comportamento agressivo entre estudantes*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572005000700006%20&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572005000700006%20&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 agosto 2010.

MATOS, Margarida Gaspar de & GONÇALVES, Sónia M. Pedroso. *Bullying nas escolas: Comportamentos e percepções*. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psd/v10n1/v10n1a01.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2010.

MONTEIRO, Lauro. *O que todos precisam saber sobre o bullying*. Jornal Jovem, setembro 2008, n. 11. Disponível em: <<http://www.jornaljovem.com.br/edicao11/convidado03.php>>. Acesso em: 29 abril 2010.

PLAN BRASIL. *Um milhão de crianças sofrem violência escolar por dia*. 2008. Disponível em: <[http://www.plan.org.br/noticias/conteudo/um\\_milh%C3%A3o\\_de\\_crian%C3%A7as\\_sofrem\\_viol%C3%Aancia\\_escolar\\_por\\_dia-204.html](http://www.plan.org.br/noticias/conteudo/um_milh%C3%A3o_de_crian%C3%A7as_sofrem_viol%C3%Aancia_escolar_por_dia-204.html)>. Acesso em: 28 março 2010.

PLANETA EDUCAÇÃO. *Trote universitário: quando a zombaria vira caso de polícia*. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1430>. Acesso em: 19 outubro 2010.

REVISTA VISÃO JURÍDICA. *O fenômeno bullying*. Disponível em: <<http://revistavisaojuridica.uol.com.br/advogados-leis-jurisprudencia/36/artigo141563-2.asp>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. *Responsabilidade civil no Código do Consumidor e a defesa do fornecedor*. São Paulo: Saraiva, 2002.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: cartilha 2010 – justiça nas escolas*. 1ed. CNJ. Brasília, 2010.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. *Bullying: mentes perigosas nas escolas*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

STJ, Quarta Turma, *REsp 1164889/SP*, Rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro, julgado em 19/11/2010.

STJ, Quarta Turma, *REsp 297007/RJ*, Relator Min. Ruy Rosado de Aguiar, julgado em 14/08/01.



STJ, Quarta Turma, *REsp 762075/DF*, Relator Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 16/06/09.

STJ, Segunda Turma, *REsp 343904/PR*, Relator Min. Eliana Calmon, julgado em 01/10/02.

STJ, Terceira Turma, *AgRg no Ag 1113293*, Relator Min. Paulo Furtado, julgado em 03/09/09, DJe 28/09/2009.

STJ, Terceira Turma, *EDcl no AgRg no Ag 755.261/RJ*, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/10/2006, DJ 06/11/2006.

STJ, Terceira Turma, *REsp. 1037759/RJ*, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 23/02/2010, DJe 05/03/2010.

STJ, Terceira Turma, *REsp. 419.059/SP*, Relatora Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/10/04, DJ 06/11/2006.

STOCO, Rui. *A responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial: doutrina e jurisprudência*. 3. Ed. Ver. Amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

STOCO, Rui. *Tratado de Responsabilidade Civil*. 6d. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

TESSELER, Marga Inge Barth. A responsabilidade da instituição e sua direção na prestação do ensino. *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, p. 15-23, jul./set. 2004.

TJDFT, Segunda Turma Cível, *Ap. Civ. 2006.03.1.008331-2*, Rel. Des. Waldir Leôncio Júnior. Brasília, 07 de agosto de 2008.

TJRJ, Sétima Câmara Cível, *Ap. 2003.00124377*, Relator Des. Carlos C. Lavigne de Lemos, julgado em 19/05/04.

TJRJ, Sétima Câmara Cível, *Ap. 2008.001.30946*, Relator Des. José Geraldo Antonio, julgado em 19/06/08.

TJSP, Quinta Câmara de Direito Público, *Ap. 58.495-5/5*, Relator Xavier de Aquino, julgado em 23/03/00.

TJSP, Sétima Câmara de Direito Privado, *Ap. 024.150-4/4-00*, Relator Luiz Benini Cabral, julgado em 01/04/88.

TJSP, Sétima Câmara de Direito Público, *Ap. 710.918-5/0*, Relator: Des. Barreto Fonseca, julgado em 11/08/2008.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*, responsabilidade civil. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.